



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

Relatório Anual

Comitê
Equidade de Gênero,
Raça e Diversidade
CEGRAD

2025



COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2024/2026¹

Presidente

Desembargadora Vera Lúcia Ferreira Copetti

Membros - Juíza/Juízes de Direito

Maira Salete Meneghetti - Juíza Auxiliar da Presidência

Fernanda Pereira Nunes - Juíza de Direito

Túlio Augusto Geraldo Parreiras - Juiz de Direito

Membros – Servidoras/Servidores

Cibelene Piazza Ferreira - Secretária

Edenir Murilo da Costa

Ellen Caroline Pereira

Marilande Fátima Manfrin Leida

¹ Composição do Cegrad biênio 2024/2026, acessível pelo link: [PDF 0047180-07.2022.8.24.0710](#)

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2024/2026	1
SUMÁRIO.....	3
APRESENTAÇÃO	3
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	5
1. I Seminário Étnico-Racial na Perspectiva da Interseccionalidade de Gênero e Raça..	5
1.1 Materiais gráficos desenvolvidos.....	5
1.2 Matérias publicadas.....	12
1.3 Links para assistir ao seminário	13
2. Cine Debate: “Quem precisa de identidade”	13
2.1 Matérias publicadas.....	14
3. Palestra: “Quem enxerga a população LGBTQIA+ encarcerada?”	15
3.1 Link para assistir a palestra	15
3.2 Matérias publicadas.....	16
4. II Seminário Questões Étnico-Racial e a Agenda Jurídica Antirracista.....	16
4.1 Materiais gráficos desenvolvidos.....	17
4.2 Links para assistir ao seminário	21
4.3 Matérias Publicadas.....	21
5. Campanhas e Materiais de Sensibilização.....	22
5.1 Materiais produzidos.....	22
5.2 Matérias Publicadas.....	24
5.3 Cartilha Antirracista	25
5.4 Mutirão “Me chame pelo meu nome”	25
5.4.1 Matéria Publicada	25
6. Participação em Grupos de Trabalho (GTs):.....	25
7. Criação do Canal de Notícia/Denúncia do Racismo	26
7.1 Objetivos e funcionamento	27
7.2 Acesso e utilização.....	27
8. Censo do Poder Judiciário de Santa Catarina.....	28
8.1 Perfil do Quadro Funcional.....	28
8.2 Violência Doméstica: Diagnóstico.....	29
8.2.1 Prevalência e Impactos.....	29
8.2.2 Lacuna entre Conhecimento Normativo e Políticas Institucionais.....	29

8. 3 Racismo Institucional e Microviolências	30
8.3.1 Manifestações Estruturais.....	30
8. 3.2 Evolução e Tendências.....	30
8. 3.3 Recomendações Estratégicas.....	30
8. 4. Formação, Sensibilização e Resistências Culturais	31
8. 4.1 Diagnóstico do Déficit Formativo.....	31
8.4.2 Recomendações Estratégicas	31
8.5. Avaliação das Ações de Diversidade e Equidade.....	31
8.5.1 Percepção sobre Suficiência das Ações	31
8.6 Clima Organizacional e Inclusão	32
8.6.1 Diagnóstico.....	32
8.7. Considerações Finais	32
2. ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS.....	33
3.PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E VOLUNTARIADO.....	33
4. REUNIÕES DO CEGRAD.....	35
5. NOTÍCIAS PUBLICADAS NO SITE DO TJSC.....	36
6. Considerações Finais.....	37

APRESENTAÇÃO

O Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidades (CEGRAD) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), foi instituído pela Resolução GP n. 61, de 13 de agosto de 2024², e tem como missão promover a conscientização sobre a importância do respeito à igualdade de gênero, raça, etnia e diversidade, alinhando-se às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e aos compromissos nacionais e internacionais de direitos humanos.

Formado por magistradas, magistrados, servidoras e servidores comprometidos com a construção de uma cultura de inclusão, o CEGRAD atua de forma efetiva no combate ao preconceito e a todas as formas de discriminação, tanto no âmbito interno do Poder Judiciário catarinense quanto na sociedade em geral.

A criação do Comitê representa o fortalecimento do compromisso institucional do TJSC com os princípios de não discriminação e inclusão, buscando harmonizar práticas administrativas e judiciais com os marcos legais e normativos voltados à equidade.

O período de 2024 a 2025 foi essencial para a consolidação das bases de atuação do CEGRAD, pautado pela implementação das primeiras iniciativas estruturantes, como a promoção de diagnósticos organizacionais voltados à equidade, inclusão e diversidade, e o desenvolvimento de materiais de orientação e sensibilização, contribuindo para a construção de uma cultura organizacional cada vez mais inclusiva e plural.

² Resolução GP n. 61 de 13 de agosto de 2024, acessível pelo link: [Sistema de Busca Textual - Módulo de Busca - TJSC](#)

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1.1 Seminário Étnico-Racial na Perspectiva da Interseccionalidade de Gênero e Raça



O seminário realizado em parceria com a Cevid, TCE/SC e TRE/SC, nos dias 28 e 29 de novembro de 2024, foi idealizado em conformidade com a **Resolução CNJ n. 492**, de 17 de março de 2023, a **Portaria da**

Presidência CNJ nº 42, de 16 de fevereiro de 2024, e a adesão do TJSC ao **Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial**. O evento dirigiu-se a magistradas, magistrados, servidoras, servidores e demais profissionais que atuam na promoção da equidade racial. Seu objetivo principal foi a capacitação de participantes e a integração de perspectivas sobre igualdade de gênero e diversidades no âmbito do Sistema de Justiça.

O seminário registrou **188 inscrições** e alcançou **1.223 visualizações** no YouTube ao longo dos dois dias de realização. O processo administrativo referente ao evento foi autuado sob o número **SEI 0073423-17.2024.8.24.0710**.

1.1 Materiais gráficos desenvolvidos

Foram criados a identidade visual completa do evento e diversos materiais de divulgação, incluindo banner digital, banner com destaque para os palestrantes e a programação, além de um logotipo exclusivo desenvolvido para aplicação em ecobag.



No primeiro dia, após a abertura realizada pelas autoridades convidadas, o Grupo Dandaras, vinculado ao Centro de Apoio à Formação Integral do Ser (Ceafis), da comunidade Monte Cristo, em São José (SC), apresentou, como atração cultural do evento, uma performance de capoeira composta exclusivamente por meninas e mulheres.



No **Painel 1**, intitulado "**Racismo Interseccionalidade**", presidido e mediado pelo magistrado Edison Alvanir Anjos de Oliveira Junior foi apresentada a primeira palestra com o tema "**Compreendendo o racismo estrutural**". A apresentação foi conduzida pelo professor Márcio de Souza e pelo jornalista Dennis de Oliveira, que exploraram as raízes históricas e estruturais do racismo no Brasil



A promotora de justiça do Ministério Público de Minas Gerais, Marianna Michieletto da Silva, abordou o tema “**Educação e Conscientização sobre Interseccionalidade**”, em formato virtual.



No encerramento da manhã, Roberta Liana Vieira, servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, apresentou palestra sobre “**Letramento racial e de gênero no Brasil**”.



O **Painel 2**, intitulado "**Lutas e Conquistas**", presidido e mediado por Heleno José Nabuco Santos, da Defensoria Pública do estado de Santa Catarina. As palestrantes Elusa Cristina Costa Silveira e Fayda Belo apresentaram a palestra "**Perspectivas para a Igualdade Étnico-racial e de Gênero**".



O professor Rodrigo Ednilson de Jesus, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresentou palestra sobre "**Políticas públicas e ações afirmativas para a promoção da igualdade étnico-racial e gênero**", destacando a relevância dessas políticas no contexto institucional brasileiro.



O juiz de direito Fabio Esteves, juiz de Direito do TJDF e idealizador do Fórum Nacional de Juízes e Juízas Negros trouxe contribuições sobre **“Interseccionalidade: abordando as interações entre identidade étnico-racial e identidade de gênero na luta por igualdade”**



A mesa-redonda intitulada **“Sob a Pele: Experiências de Racismo Cotidiano”**, foi mediada pela auditora fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), Walkiria Machado Rodrigues Maciel e composta pela juíza de direito Quitéria Tamanini Vieira Peres, a Presidente do Conselho Estadual dos Povos Indígenas - CEPIN, Sandra de Paula Santos e o chefe de secretaria de foro da Comarca de Joinville Fabricio Antunes Matiola.



No segundo dia, as atividades iniciaram com o **Painel 3**, intitulado "**Rompendo Barreiras sobre o Racismo**", presidido e mediado pelo analista administrativo do Poder Judiciário de Santa Catarina Edenir Murilo da Costa.

O painel teve início com o **lançamento do Protocolo com Perspectiva de Raça**³, apresentado por Karen Luise Vilanova Batista de Souza, juíza auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e Roberta Liana Vieira, servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que destacaram a importância deste instrumento normativo para o enfrentamento ao racismo estrutural nas instituições do Poder Judiciário.



As magistradas Adriana Meloni, juíza do trabalho do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), e Érica Canuto, promotora de justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte, abordaram o tema "**Aplicabilidade do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero e a Interseccionalidade entre Raça, Classe e Sexualidade**", discutindo sua relevância no contexto do sistema de justiça brasileiro.

³ Disponível através do link: [protocolo de julgamento_22-11-24 - NOVO COM RECUO.indd](#)

A juíza Adriana Meloni destacou a importância da aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial, ressaltando seu papel fundamental para garantir decisões judiciais mais justas, sensíveis às desigualdades estruturais e atentas às particularidades de grupos historicamente discriminados.



A professora Leslie Sedrez Chaves, do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e a juíza do trabalho do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Bárbara Ferrito, abordaram o tema **“Os Efeitos Perversos do Racismo na Construção da Identidade Negra”**, proporcionando uma reflexão profunda sobre os impactos emocionais, sociais e identitários do racismo na formação das identidades negras no Brasil.



O seminário foi encerrado com uma mesa-redonda intitulada **“Mulheres negras em espaços de poder, gestão e decisão”**, mediada pela juíza de direito **Fernanda Pereira Nunes**, com a participação de **Karen Luise Vilanova Batista de Souza, Adriana Meloni**, que compartilharam experiências e estratégias para aumentar a representatividade das mulheres negras em espaços de liderança.



Ao encerramento do evento, foram distribuídos aos presentes 30 (trinta) exemplares impressos do Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial.



1.2 Matérias publicadas

28/11/2024 [Seminário traz Tribunal de Justiça para o debate sobre as questões étnico-raciais](#)

29/11/2024 [TJ sedia lançamento do protocolo de julgamento com perspectiva de raça em SC](#)

04/12/2024 [Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial já é realidade na Justiça brasileira](#)

1.3 Links para assistir ao seminário

Dia 28-11-2024: [Seminário Étnico-racial](#)

Dia 29-11-2024: [Seminário Étnico-racial](#)

2. Cine Debate: “Quem precisa de identidade”



O cine debate foi realizado em 28 de abril de 2025, no auditório Jurista João Henrique Blasi da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O evento foi realizado pelo Cegrad, em parceria com a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (ANOREG) e organizado pela Academia Judicial. Após a exibição do documentário, seguiu-se debate com a participação das produtoras Kátia Klock e Lícia Brancher; da professora Karina de Souza Silva, do Programa de Pós-Graduação em Direito e em Relações Internacionais da UFSC; e de Claréns Chéry, haitiano, diretor da Editora

Cartonero Caribenho e ativista pela integração social de imigrantes no Brasil. Os debatedores apresentaram reflexões sobre a questão racial na história do Brasil, baseadas em suas experiências e depoimentos registrados no documentário.



O documentário impactou profundamente os presentes, que compartilharam relatos sobre suas experiências identitárias e ressaltaram a importância da representatividade nos espaços de poder.

Claréns Chéry destacou a necessidade de a história do Brasil ser recontada para além da perspectiva europeia. Segundo ele, *"não gosto de romantizar a questão da escravidão, do negro escravizado pelo branco maldoso. São essas narrativas que criam o racismo, principalmente ao contar a história apenas sob uma ótica, que deixa de lado a história dos africanos"*. O evento também apresentou uma exposição de livros de contos haitianos, traduzidos e produzidos artesanalmente por Chéry, ampliando as perspectivas sobre a produção intelectual caribenha.

O evento contou com a presença de 29 pessoas, entre magistrados, servidores e convidados. O cine debate proporcionou uma oportunidade significativa para diálogo aberto e troca de experiências, fortalecendo a cultura de respeito à diversidade e contribuindo para reflexões críticas sobre as identidades e narrativas históricas no Brasil.

O processo administrativo referente ao evento foi autuado sob o número **SEI n. 0009854-08.2025.8.24.0710**.

2.1 Matérias publicadas

08-04-2024 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/academia-judicial-promove-cine-debate-sobre-identidade-genero-e-diversidade->

14-04-2025 <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/ultimo-dia-para-inscricao-no-evento-cine-debate-do-filme-quem-precisa-de-identidade->

28-04-2025 <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/cine-debate-apresenta-filme-quem-precisa-de-identidade-no-auditorio-paulo-blasi->

28-04-2025 <https://www.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/-/aj-exibe-filme-para-promover-o-debate-sobre-a-questao-da-identidade-de-imigrantes-negros-no-pais>

28-04-2025 <https://www.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/-/aj-exibe-filme-para-promover-o-debate-sobre-a-questao-da-identidade-de-imigrantes-negros-no-pais>

3. Palestra: “Quem enxerga a população LGBTQIA+ encarcerada?”



O Cegrad, em parceria com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) e a Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), realizou no dia 26 de junho de 2025 a palestra intitulada "Quem enxerga a população LGBTQIA+ encarcerada?", na Sala Thereza Tang, sede do TJSC.

Direcionada a magistradas, magistrados, servidoras, servidores, estudantes, profissionais do sistema de justiça e demais interessados em direitos humanos e diversidade no sistema prisional. A iniciativa objetivou promover reflexões críticas e ampliar a visibilidade sobre os desafios específicos enfrentados pela população LGBTQIA+ no contexto carcerário.

Mediada pelo coordenador técnico do GMF/TJSC, juiz Rafael de Araújo Rios Schmitt, o evento contou com a participação das policiais penais Silvia Cantarino e Bruna Roberta Wessner Longen, da Secretaria de Estado de Justiça e Reinserção Social (Sejuri), e da juíza Paula Botke e Silva, da Vara de Execuções Penais da Capital.



O evento foi transmitido pelo canal do Tribunal de Justiça no YouTube, alcançando **242 visualizações** até 3 de dezembro de 2025.

O processo administrativo referente ao evento foi autuado sob o **número SEI n. 0040657-71.2025.8.24.0710**.

3.1 Link para assistir a palestra

[Justiça em Debate: Desvendando a Interseccionalidade entre LGBTI e Racismo no Encarceramento](#)

3.2 Matérias publicadas

12-06-2025 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/evento-debate-visibilidade-da-populacao-lgbtqia-encarcerada>

26-06-2025 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/tjsc-promove-a-reflexao-e-amplia-visibilidade-da-populacao-lgbtqia-encarcerada>

4. II Seminário Questões Étnico-Racial e a Agenda Jurídica Antirracista



O II Seminário de Questões Étnico-Raciais e a Agenda Jurídica Antirracista foi realizado no Auditório Ministro Teori Zavascki, no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, nos dias 06 e 07 de novembro de 2025, em parceria com a Associação Catarinense dos Assistentes Sociais do Poder

Judiciário de Santa Catarina (ACASPJ) e o NSC.

Idealizado em atendimento à Resolução CNJ nº 492, de 17 de março de 2023, à Portaria da Presidência do CNJ nº 42, de 16 de fevereiro de 2024, e à adesão do TJSC ao Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, o seminário teve como público-alvo magistrados, servidores e demais profissionais atuantes na temática da equidade racial.

O principal objetivo do evento foi capacitar e integrar os participantes na promoção da igualdade de gênero e das diversidades no âmbito do sistema de justiça.

Ao todo, **208 pessoas se inscreveram no seminário, que também registrou 635 visualizações no canal do YouTube** durante os dois dias de realização (dados de visualização até 03 de dezembro de 2025).

O encontro propôs uma reflexão ampla sobre o racismo estrutural ainda presente na sociedade e seus reflexos diretos no sistema de justiça. Conforme enfatizado durante o evento, a proposta foi estabelecer um diálogo entre a Justiça de Santa Catarina e a justiça social, evidenciando a força que o racismo exerce na sociedade brasileira e a responsabilidade institucional do Judiciário no enfrentamento dessas questões.

O processo administrativo referente ao evento foi autuado sob o número **SEI n. 0062932-14.2025.8.24.0710**

4.1 Materiais gráficos desenvolvidos

Foram criadas identidade visual e programação do evento.



O Desembargador Luiz Felipe Schuch, Diretor-Executivo da Academia Judicial, abriu o seminário destacando a relevância do tema para o Poder Judiciário e a necessidade de avanço contínuo na construção de uma sociedade mais humana e igualitária.



Na sequência, Jaqueline da Rosa Meggiato, presidente da Associação Catarinense de Assistentes Sociais do PJSC, enfatizou que as questões abordadas integram o cotidiano de todos e manifestou a expectativa de que os conhecimentos compartilhados sejam aplicáveis na prática.

A programação foi aberta com palestra da doutora Régia Mabel da Silva Freitas, pesquisadora e autora de diversas publicações sobre raça e gênero numa perspectiva interseccional, evento mediado pelo juiz de direito Edison Alvanir Anjos de Oliveira Junior.



Mabel da Silva Freitas abriu o seminário com apresentação sobre Direito Antirracista, explorando a teoria e os conceitos fundamentais que o estruturam. Em sua fala, traçou um histórico da atuação de pessoas pretas na justiça brasileira, ao mesmo tempo que ressaltou a ausência de etnias marginalizadas — quilombolas, indígenas e

ribeirinhos — nos centros de debates sobre questões que diretamente lhes afetam.

Na sequência, o defensor público do Estado do Ceará, Filipe Augusto dos Santos Nascimento, abordou os aspectos jurídicos e práticos dos crimes de racismo, complementando a reflexão iniciada no painel de abertura, que foi mediado pelo juiz de direito Willian Borges dos Reis.



Partindo do pressuposto das Ciências Sociais, que conceituam raça como um constructo social, político e profundamente histórico, Filipe Augusto dos Santos Nascimento apresentou a hermenêutica senhorial como o principal desafio enfrentado pela justiça na construção de um Direito Antirracista efetivo.

O painel sobre **Direito Antirracista** contou ainda com a palestra “Fé e Resistência: religiões afro-brasileiras frente ao racismo religioso”, proferida pelo professor e arqueólogo Rossano Lopes Bastos.



Ao encerramento das palestras, foram distribuídos 12 exemplares do livro "Maternidade Política e Reunificação Familiar de Haitianas em Santa Catarina", de autoria de Fernanda Ely Borba, assistente social do PJSC lotada no Fórum de Porto Belo.



À tarde, realizou-se o painel "Enfrentamentos Antirracistas", aberto com a palestra "Sistema Prisional e Racismo Estrutural: história e lutas", proferida pelo Desembargador do TJSC João Marcos Buch, e mediado pela Juíza de Direito Paula Botke e Silva.



O magistrado apresentou como o preconceito racial encontra uma de suas maiores expressões no sistema carcerário brasileiro, evidenciando que a população negra representa quase 70% da população carcerária do país. Refletindo sobre o desafio institucional, o Desembargador ressaltou:

"Há ainda uma dificuldade de se falar em direitos humanos no Brasil e no mundo. Deveríamos já estar em uma etapa de garantia e afirmação desses direitos. No entanto, ainda estamos numa etapa de defesa deles. E quando se fala em direitos humanos e sistema prisional, há uma dificuldade maior das pessoas se colocarem no lugar, por ignorância e preconceito. É uma causa que não traz empatia.

Encerrando o painel, a professora Vanessa Cristina dos Santos Saraiva, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresentou a palestra "Antirracismo e políticas de proteção nas varas de infância e juventude", que foi mediado pela Assistente Social do PJSC, Ellen Caroline Pereira.



O terceiro e último painel do seminário, "Interseccionalidade e Direito Antidiscriminação", contou com a palestra "Um ano de protocolo para julgamento com perspectiva racial: uma análise necessária", proferida pela juíza e conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Karen Luise Vilanova Batista de Souza, palestra mediada pela juíza de direito Fernanda Pereira Nunes.



A palestrante ressaltou que a neutralidade judicial pode, em alguma medida, privilegiar algumas pessoas em detrimento de outras, destacando a necessidade de ações afirmativas que assegurem igualdade de condições, sem distinções de raça.

"O Direito tem responsabilidade central na promoção da igualdade entre as pessoas. A Constituição Federal, em seu artigo 5º, estabelece que todos são iguais perante a lei. Porém, é fundamental reconhecer que a questão racial é determinante na vida das pessoas, que experimentam mais ou menos direitos a partir de sua raça. Precisamos refletir sobre as desigualdades raciais estruturais presentes em nosso país para que nossas decisões sejam cada vez mais próximas à condição humana.



O painel foi encerrado com duas palestras complementares: "Recortes interseccionais: população LGBTQIA+ negra, visibilidade e desafios", proferida pela psicóloga e pesquisadora Benilde Silva Portugal, e mediada pela Defensora Pública, Ana Paula Berlatto Fão Fischer.

E "Mídia, Justiça e Racismo: desafios da informação", apresentada pelo jornalista Edsoul Amaral, do NSC e mediada pela Assistente Social do PJSC Iolete de Jesus.



4.2 Links para assistir ao seminário

06-11-2025 - [II Seminário Questões Étnico-Raciais](#)

07-11-2025 - [II Seminário Questões Étnico-Raciais](#)

4.3 Matérias Publicadas

23-10-2025: <https://www.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/-/ii-seminario-de-questoes-etnico- raciais-e-a-agenda-juridica-antirracista-tem-vagas-para-publico-externo>

24-10-2025: <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/seminario-vai-tratar-de-questoes-etnico- raciais-e-agenda-juridica-antirracista-no-tjsc>

06-11-2025: <https://www.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/-/aj-e-cegrad-promovem- seminario-sobre-racismo-estrutural-e-responsabilidade-institucional>

07-11-2025: <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/seminario-discute-direito- antirracista-e-papel-do-judiciario-no-combate-a-discriminacao>



5. Campanhas e Materiais de Sensibilização

Em atendimento ao art. 2, VII da Portaria Presidência nº 100 de 10 de abril de 2025, que regulamenta o Indicador de Desempenho na Promoção da Equidade Racial (Iper) e o Prêmio Equidade Racial, para o ano de 2025, que o CEGRAD juntamente com o Núcleo de Comunicação Institucional (NCI), desenvolveram a campanha **“Justiça & Raça: um diálogo necessário”**, atividades de conscientização sobre equidade racial.

O referido evento foi inserido na Campanha 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, desenvolvido pela Cevid.

5.1 Materiais produzidos

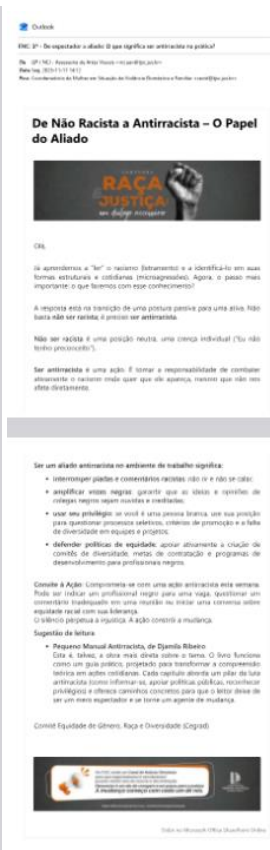
O CEGRAD produziu conteúdos informativos para ampliar a conscientização sobre equidade racial. Foram enviados e-mails marketing a magistradas, magistrados e servidores nos dias 21 e 28 de novembro e 5 e 10 de dezembro, além da criação de carrosséis para Instagram, postado no dia 20/11, e descanso de tela, disponibilizado nos dias 19 a 23/11 e fixação do banner da campanha no site do TJSC, reforçando a pauta antirracista e aumentando a visibilidade das ações do Comitê.

Descanso de Tela

Carrossel no Instagram do PJSC



E-mails marketing encaminhado para as magistradas, magistrados, servidoras e servidores do PJSC, nos dias 21 e 28 de novembro e 05 e 10 de dezembro:



Banner da campanha no site do PJSC



A Campanha 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher é uma mobilização internacional anual que busca ampliar a conscientização sobre as diversas formas de violência que atingem meninas e mulheres.



No âmbito dessa campanha, o Cegrad participou, a convite da Cevid, da abertura realizada em 19/11/2025, no Quilombo Vidal Martins, em Florianópolis, em evento que reuniu magistradas, servidoras do Poder Judiciário e representantes da Defensoria Pública, do Ministério Público, da OAB e de outras instituições.

A programação contou com apresentação do Coral da AMC, rodas de conversa e oferta de serviços à comunidade, com foco na mobilização de homens pelo fim da violência e nos desafios das mulheres em espaços de liderança, além de atendimentos socioassistenciais e de saúde, distribuição de materiais informativos e esclarecimento de dúvidas da população, encerrando-se com lanche coletivo.



5.2 Matérias Publicadas

5.3 Cartilha Antirracista

O Tribunal de Justiça, por intermédio do Cegrad, firmará Termo de Cooperação com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e com a Faculdade Cesusc para a elaboração de uma cartilha educativa sobre o combate ao racismo, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o tema e orientar práticas institucionais inclusivas no âmbito do Poder Judiciário. A assinatura do termo está prevista para março de 2026.

5.4 Mutirão “Me chame pelo meu nome”



A Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, através de sua Defensora e Coordenadora do Núcleo de Cidadania, Igualdade, Diversidade, Direitos Humanos e Coletivos (NUCIDH), Ana Paula Berlatto Fão Fischer, convidou o Comitê da Equidade de Gênero, Raça e Diversidade (CEGRAD) a participar do **mutirão “Me Chame pelo Meu Nome”**, realizado em 31 de outubro de 2025, das 10h às 15h, na Sala do Júri do Fórum da Comarca de Joinville, resultando na formalização de 51 solicitações.

O evento prestou orientação e atendimento gratuito para retificação de nome e gênero no registro civil, promovendo o acesso à cidadania e a dignidade da pessoa humana. A participação do CEGRAD reforça o compromisso institucional com os direitos fundamentais, a diversidade e a inclusão, alinhando-se aos seus objetivos estratégicos. Para representar o Comitê, foi indicada a servidora Marilande Fátima Manfrin Leida.

O processo administrativo referente ao evento foi autuado sob o número **SEI n.0092601-15.2025.8.24.0710**

5.4.1 Matéria Publicada

6. Participação em Grupos de Trabalho (GTs):

O Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidades (CEGRAD) consolidou sua atuação por meio da integração de diferentes grupos de trabalho internos e externos, destacando-se as seguintes iniciativas:

Grupo de Trabalho pela Igualdade Racial — O CEGRAD participa ativamente do Termo de Cooperação Técnica nº 59/2024, que reúne representantes do Poder Judiciário de Santa Catarina, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública, Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, além de instituições da sociedade civil. O grupo foi instaurado em setembro de 2024 com o objetivo de promover intercâmbio e cooperação técnica, científica e operacional, assegurando o respeito à igualdade racial mediante práticas de sensibilização e ações educativas e fiscalizatórias.

Câmara 6 do Plano Penal Justo — O CEGRAD atua em temáticas estratégicas ligadas à Justiça Racial e Assistência Religiosa no sistema penal, contribuindo para a formação de decisões judiciais mais equitativas e sensíveis às vulnerabilidades da população negra.

Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial — O TJSC formalizou sua adesão ao pacto, reafirmando o compromisso institucional com a promoção da igualdade racial no âmbito do sistema de justiça. A magistrada Fernanda Pereira Nunes foi designada como representante institucional, coordenando a implementação das diretrizes do protocolo para julgamento com perspectiva racial.

Fórum Interinstitucional da Mulher Advogada da OAB/SC tem por finalidade promover o debate e a implementação de políticas e ações voltadas à equidade de gênero, tanto no âmbito da advocacia quanto da sociedade em geral. Para representar institucionalmente o Tribunal, foi indicada a servidora Marilande Fátima Manfrin Leida.

7. Criação do Canal de Notícia/Denúncia do Racismo

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), por meio das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de Todas as Formas de Discriminação (CPEAMAS) de 1º e 2º grau e do Cegrad, implementou um canal especializado para receber notícias e denúncias de atos de racismo e discriminação racial no ambiente institucional.

7.1 Objetivos e funcionamento

O canal estrutura-se como ferramenta de proteção institucional, buscando **garantir segurança, confidencialidade e acolhimento qualificado às vítimas** de discriminação. Além de viabilizar a denúncia de racismo, o instrumento também recebe relatos sobre assédio moral, assédio sexual e outras formas de discriminação, conforme previsto na Resolução CNJ nº 351/2020.

A iniciativa alinha-se à Portaria CNJ nº 100/2025, que instituiu o Índice de Promoção da Equidade Racial (IPER), e à Portaria CNJ nº 411/2021, que valoriza ações concretas voltadas à diversidade e à inclusão no Poder Judiciário.

7.2 Acesso e utilização

O canal está disponível para magistrados, servidores, colaboradores e terceirizados do PJSC, podendo ser acessado através da plataforma [Canal de Notícia/Denúncia - Servidor - Poder Judiciário de Santa Catarina](#)

Além de assegurar proteção às vítimas, o canal gera **dados estratégicos essenciais para a formulação de novas políticas institucionais de equidade racial**, contribuindo para a transformação do ambiente institucional e o fortalecimento da cultura de respeito à diversidade no âmbito do sistema de justiça.

Com esse objetivo, o Cegrad juntamente com a CPEAMAS desenvolveram um fluxograma que sistematiza o processo de denúncias/notícias de racismo no PJSC:



Desde a criação do canal, não foi registrada nenhuma notícia ou denúncia de prática de racismo no TJSC.

8. Censo do Poder Judiciário de Santa Catarina



O Censo 2025 sobre Violência Doméstica, Questões Étnico-Raciais, Gênero e Sexualidade no Poder Judiciário de Santa Catarina foi desenvolvido em parceria entre o Cegrad, a CEVID e o Programa Indira: pelas mulheres do PJSC. A pesquisa, que alcançou **685 pessoas do quadro funcional**, oferece um retrato detalhado e estratégico das percepções institucionais sobre violência, diversidade e inclusão no ambiente de trabalho, subsidiando as contínuas e necessárias melhorias para o Judiciário e para a sociedade.

Esta iniciativa constitui uma prestação de contas aos magistrados, aos servidores, às partes interessadas e à sociedade em geral, demonstrando o compromisso institucional com a transparência, a equidade e a promoção de uma cultura de respeito à diversidade no âmbito do sistema de justiça.

8.1 Perfil do Quadro Funcional

A estrutura funcional do PJSC apresenta características marcantes que requerem atenção estratégica. O quadro é predominantemente feminilizado (67% mulheres cisgênero), branco (87%) e heterocisnormativo (89% heterossexuais), com maioria de servidores efetivos (74%) concentrados nas faixas etárias de 36 a 55 anos (66%). Apenas 4% dos respondentes declaram ter deficiência.

Quanto à orientação sexual e identidade de gênero, além dos 89% heterossexuais, 9% pertencem a outras orientações e apenas 1,6% apresentam identidades de gênero não cisnormativas, evidenciando baixa representatividade de pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+ e com deficiência.

A comparação com o Censo 2021 demonstra mudanças pouco significativas neste cenário, reforçando a necessidade urgente de ações afirmativas mais concretas tanto nos processos de seleção quanto na ocupação de cargos de liderança e confiança, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

8.2 Violência Doméstica: Diagnóstico

8.2.1 Prevalência e Impactos

Um em cada quatro respondentes (23%) vivenciou violência doméstica ou familiar, com predominância de violência psicológica (49%) e moral (26%), seguidas de física (14%), patrimonial (6%) e sexual (5%). Esse dado revela a magnitude do problema e sua incidência significativa entre o quadro funcional.

Contudo, apenas 38% dos casos resultaram em busca de ajuda formal, mantendo 62% silêncio por medo (41%), vergonha (23%) ou descrença na efetividade institucional (21%). Este cenário evidencia barreiras substanciais para o acesso à proteção e acolhimento institucional.

8.2.2 Lacuna entre Conhecimento Normativo e Políticas Institucionais

Embora 87% dos respondentes conheçam a Lei Maria da Penha, apenas 40% conhecem as ações específicas desenvolvidas pelo TJSC por meio da CEVID ou do Programa Indira: pelas mulheres do PJSC. Essa discrepância significativa revela elevado conhecimento normativo, mas baixa internalização das políticas institucionais de enfrentamento da violência.

8. 3 Racismo Institucional e Microviolências

8.3.1 Manifestações Estruturais

As manifestações de falas e condutas racistas configuram um dos achados mais sensíveis e estruturais da pesquisa. Embora exista maior conscientização sobre o tema, ainda persistem expressões de negação ("aqui todos são tratados iguais"), banalização ("isso não existe mais") e inversão discursiva que transforma a denúncia do racismo em suposta "vitimização".

Igualmente preocupantes são os relatos de "brincadeiras" e comentários sobre aparência, cabelo ou sotaque, constituindo microagressões naturalizadas que configuram o que o Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial (CNJ, 2024) denomina racismo institucional: a reprodução de desigualdades por meio de estruturas, normas e hábitos institucionais, mesmo sem intenção explícita.

8. 3.2 Evolução e Tendências

Comparado ao Censo 2021, houve aumento no número de relatos de situações racistas, o que pode significar tanto maior confiança para denunciar quanto persistência de práticas discriminatórias normalizadas. Pessoas negras relataram com frequência sentimentos de isolamento, dúvidas sobre competência profissional e invisibilidade nas instâncias de decisão.

8. 3.3 Recomendações Estratégicas

Recomenda-se formações obrigatórias sobre branquitude e racismo institucional, especialmente para magistrados e gestores; estabelecimento de indicadores de diversidade racial nos processos de promoção e seleção; e realização de campanhas de valorização da identidade e das trajetórias negras

em Santa Catarina, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 10 e 16 da Agenda 2030.

8. 4. Formação, Sensibilização e Resistências Culturais

8. 4.1 Diagnóstico do Déficit Formativo

Quanto à formação e sensibilização, 55% dos participantes nunca participaram de capacitações sobre diversidade e equidade, 10% não se lembram e apenas 35% confirmaram participação recente. Esse dado revela déficit formativo persistente, embora com ligeira melhora em relação a 2021.

Os comentários qualitativos indicam resistências significativas, desinteresse e percepções de "exagero" ou "imposição ideológica", evidenciando tensões culturais que limitam substancialmente o impacto das ações educativas.

8.4.2 Recomendações Estratégicas

O Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial (CNJ, 2024) recomenda que a formação seja permanente, obrigatória e interseccional, como estratégia de desconstrução dos vieses cognitivos e fortalecimento do compromisso ético com a igualdade. Recomenda-se que o PJSC institua um Plano Integrado de Formação Permanente, articulando CEVID e CEGRAD, com certificação e módulos específicos sobre gênero, raça e diversidade sexual.

8.5. Avaliação das Ações de Diversidade e Equidade

8.5.1 Percepção sobre Suficiência das Ações

Ao avaliar a suficiência das ações de diversidade e equidade, menos da metade dos respondentes as considera adequadas: 37% no eixo de gênero, 33% em equidade racial e 30% em sexualidade. Aproximadamente 25% não souberam opinar, sugerindo que, embora haja reconhecimento crescente das políticas, sua comunicação institucional permanece restrita.

Comparado ao Censo 2021, houve avanço de cerca de 15 pontos percentuais na percepção positiva, reflexo da ampliação das iniciativas; todavia,

o resultado ainda demonstra que as ações necessitam de maior visibilidade e monitoramento público.

Neste sentido, importante ampliar as campanhas educativas, usar linguagem inclusiva e dar mais visibilidade às trajetórias de pessoas negras, mulheres e pessoas LGBTQIA+ no TJSC, para fortalecer o sentimento de pertencimento e promover um ambiente mais diversos e inclusivo.

8.6 Clima Organizacional e Inclusão

8.6.1 Diagnóstico

Quanto à percepção sobre o ambiente de trabalho, 47% consideram o PJSC inclusivo para pessoas racializadas e LGBTQIA+, 20% discordam e 33% não souberam opinar. Houve melhora de 13 pontos percentuais em relação a 2021, embora o número de indecisos ainda seja elevado.

As respostas abertas revelam que pessoas negras, LGBTQIA+ e com deficiência enfrentam barreiras simbólicas e microviolências cotidianas, como piadas, comentários sobre aparência e falta de representatividade em espaços decisórios. Essas experiências reforçam que a inclusão formal ainda não se traduz plenamente em pertencimento institucional.

Conforme o Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial (CNJ, 2024), a efetividade da igualdade depende do reconhecimento das microdiscriminações e da criação de espaços de escuta ativa e horizontal. Recomenda-se fortalecer o canal de escuta e denúncia racial no PJSC, garantindo acompanhamento psicossocial para quem o utiliza.

8.7. Considerações Finais

A diversidade, mais do que um valor simbólico, constitui critério essencial de legitimidade democrática. A efetividade dessas ações depende fundamentalmente de continuidade política, recursos adequados e engajamento das lideranças nos níveis estratégicos.

Ao reconhecer suas próprias assimetrias e atuar sobre elas com intencionalidade estratégica, o Poder Judiciário de Santa Catarina reafirma o sentido ético da justiça pública, garantindo que todas as pessoas possam existir e exercer seus direitos com dignidade nas instituições que as representam. Esta

é a prestação de contas de uma gestão comprometida com a transformação institucional.

2. ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS

Os dados apresentados na tabela abaixo referem-se à gestão de **processos administrativos (SEI)**, no período de **02/09/2024 a 09/12/2025**.⁴

Eventos	Quantidade
Processos gerados	10
Processos em tramitação	82
Com andamento fechado na unidade	57
Com andamento aberto na unidade	14
Documentos gerados no período	129
Documentos externos recebidos	86
E-mails enviados pelo cegrad@	90
Ofícios expedidos	5

3. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E VOLUNTARIADO

Ao longo de 2025, integrantes do Cegrad participaram de diversos eventos institucionais e formativos.

⁴ Dados coletados do sistema SEI, no dia 03-12-2025.



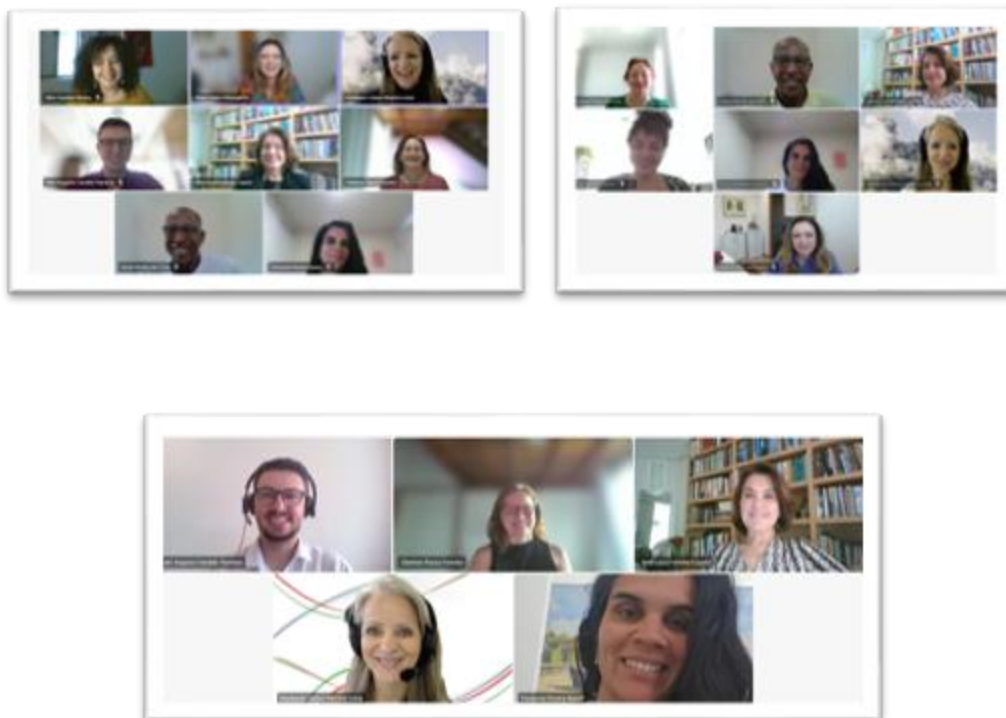


O Cegrad também participou de campanha de doação de brinquedos às crianças do Quilombo Vidal Martins, em Florianópolis, em comemoração ao Dia das Crianças neste ano.



4. REUNIÕES DO CEGRAD

Foram realizadas reuniões em seis ocasiões ao longo do ano de 2024 e 2025, nos seguintes dias: **21 de outubro de 2024, 11 de novembro de 2024, 31 de março, 14 de julho, 11 de novembro e 10 de dezembro de 2025**. Essas datas registram os encontros formais realizados no período, demonstrando a continuidade dos trabalhos e o acompanhamento regular das atividades previstas para o ano.



5. NOTÍCIAS PUBLICADAS NO SITE DO TJSC

28-11-2024 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/seminario-traz-tribunal-de-justica-para-o-debate-sobre-as-questoes-etnico-raciais->

29-11-2024 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/tj-sedia-lancamento-do-protocolo-de-julgamento-com-perspectiva-de-raca-em-sc->

16-12-2024 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/tjsc-atraves-do-cegrad-prepara-cartilha-antirracista-para-lancamento-em-2025>

04-04-2025 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/academia-judicial-promove-cine-debate-sobre-identidade-genero-e-diversidade->

03-04-2025 <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/grupo-de-trabalho-pela-igualdade-racial-reune-se-no-tj-e-discute-iniciativas-para-2025->

04-04-2025 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/academia-judicial-promove-cine-debate-sobre-identidade-genero-e-diversidade->

08-04-2025 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/censo-quer-opiniao-do-pj-sobre-violencia-domestica-questoes-etnico-raciais-e-de-genero->

08-04-2024 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/academia-judicial-promove-cine-debate-sobre-identidade-genero-e-diversidade->

14-04-2025 <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/ultimo-dia-para-inscricao-no-evento-cine-debate-do-filme-quem-precisa-de-identidade->

28-04-2025 <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/cine-debate-apresenta-filme-quem-precisa-de-identidade-no-auditorio-paulo-blasi->

28-04-2025 <https://www.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/-/aj-exibe-filme-para-promover-o-debate-sobre-a-questao-da-identidade-de-imigrantes-negros-no-pais>

12-06-2025 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/evento-debate-visibilidade-da-populacao-lgbtqia-encarcerada>

26-06-2025 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/tjsc-promove-a-reflexao-e-amplia-visibilidade-da-populacao-lgbtqia-encarcerada>

27-06-2025 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/tjsc-disponibiliza-novo-canal-para-receber-noticias-queixas-e-denuncias-sobre-racismo>

27-06-2025 - <https://www.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/-/iniciativas-da-aj-capacitam-seu-publico-interno-no-atendimento-de-populacoes-invisibilizadas>

05-09-2025 <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/cnj-lanca-boletim-inedito-sobre-avancos-da-pauta-lgbtqia-no-judiciario>

24-10-2025 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/seminario-vai-tratar-de-questoes-etnico-raciais-e-agenda-juridica-antirracista-no-tjsc>

24-10-2025 - <https://www.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/-/ii-seminario-de-questoes-etnico-raciais-e-a-agenda-juridica-antirracista-tem-vagas-para-publico-externo>

24-10-2025 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/forum-de-joinville-recebe-mutirao-para-retificar-registro-civil-de-pessoas-transgenero>

29-10-2025 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/tjsc-divulga-censo-2025-sobre-equidade-raca-e-diversidade-no-judiciario-catarinense>

03-11-2025 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/forum-de-joinville-sedia-mutirao-para-viabilizar-modificacoes-no-registro-civil-de-pessoas-trans>

06-11-2025 - <https://www.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/-/aj-e-cegrad-promovem-seminario-sobre-racismo-estrutural-e-responsabilidade-institucional>

07-11-2025 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/seminario-discute-direito-antirracista-e-papel-do-judiciario-no-combate-a-discriminacao>

19-11-2025 - <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/justica-catarinense-lanca-campanha-em-quilombo-na-vespera-do-dia-da-consciencia-negra->

10-12-2025 <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/judiciario-de-sc-participa-do-8-encontro-nacional-de-juizas-e-juizes-negras-e-negros->

6. Considerações Finais

O Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidades (CEGRAD) do TJSC desenvolveu, em 2025, seminários sobre racismo estrutural e interseccionalidade, cine-debates, palestras sobre a população LGBTQIA+ encarcerada, campanhas de sensibilização e participação em grupos de trabalho interinstitucionais, alcançando ampla visibilidade, com eventos que registraram milhares de visualizações e centenas de participantes.

Destaca-se o Censo 2025, que ouviu 685 pessoas e diagnosticou questões relativas à violência doméstica, ao racismo institucional e ao clima organizacional, subsidiando a formulação de políticas inclusivas, bem como a criação do Canal de Notícia/Denúncia de Racismo, ainda sem registros, e a elaboração de cartilha antirracista.

Estas são as principais informações a serem prestadas acerca das atividades realizadas pelo CEGRAD no ano de 2025.

Comitê Equidade de Gênero, Raça e Diversidade - Cegrad